



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 014 - E/2025.

ALTERA A LEI MUNICIPAL LEI Nº 4833, DE 12 DE ABRIL DE 2006, FIXANDO NOVO VALOR PARA O PAGAMENTO DE REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPV, NOS TERMOS DO ART. 100, § 3º E § 4º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Conselheiro Lafaiete, por seus representantes, decretou:

Art. 1 – O parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal nº 4833, de 12 de abril de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1 -

Parágrafo Único - Reputar-se-á de pequeno valor, observado o disposto nos §§ 4º e 5º do artigo 100 da Constituição Federal, o débito judicial, cujo montante, por beneficiário, após atualização e especificação, for igual ou inferior ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social. ”

Art. 2º- Para o cumprimento do disposto na presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE, AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2025.


Dra. Andréia Chagas de Andrade

Procuradora Geral


Leandro Tadeu Murta dos Reis Chagas

Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA

Exmo. Sr. Presidente,

Exmos. Srs. Vereadores,

O Executivo Municipal, visando adequar os valores pagos pelo Município nas obrigações de pequeno valor (RPV) à realidade financeira municipal, apresenta o anexo projeto de Lei.

A proposta estabelece que o valor máximo para as referidas obrigações, após atualização e especificação, será igual ou inferior ao maior benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), atualmente fixado em R\$ 8.157,41 (oito mil, cento e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavo).

A autonomia conferida aos Municípios pela Constituição Federal garante-lhes competência para legislar sobre questões de interesse local, incluindo a fixação de valores relativos a obrigações de pequeno valor, conforme suas capacidades financeiras.

A medida proposta busca preservar a razoabilidade e a proporcionalidade, considerando a necessidade de o Município manter o equilíbrio fiscal, sem comprometer a integralidade das suas obrigações.

Pode-se destacar diversos Municípios, cuja arrecadação é muito superior a Conselheiro Lafaiete e o RPV é bem inferior, vejamos:

• **Juiz de Fora:** Total da receita arrecadada R\$ 2.9 Bilhões.

O RPV é igual ou inferior a 10 (dez) salários mínimos, ou seja, **R\$ 15.180,00** (quinze mil, cento e oitenta reais).

• **Congonhas/MG:** Total da receita arrecadada R\$ 974.27 Milhões.

O RPV é definido de maneira a não ultrapassar o dobro do maior benefício pago pelo RGPS, ou seja, **R\$ 16.314,82** (dezesesseis mil, trezentos e quatorze reais e oitenta e dois centavos).

• **Ouro Branco:** Total da receita arrecadada R\$ 293.7 Milhões.

O RPV é de 3 salários mínimos, ou seja, **R\$ 4.554,00** (quatro mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais).

• **Sete Lagoas:** Total da receita arrecadada R\$ 1.2 Bilhões.

O RPV é igual ou inferior a 10 (dez) salários mínimos, ou seja, **R\$ 15.180,00** (quinze mil, cento e oitenta reais).

• **Contagem:** Total da receita arrecadada R\$ 1.2 Bilhões.

O valor do RPV é igual ou inferior a 15 (quinze) salários mínimos, ou seja, **R\$ 22.770,00** (vinte e dois mil, setecentos e setenta reais).

• **Barbacena:** Total da receita arrecadada R\$ 620.4 Milhões.

O RPV é de 102 (cento e duas) Unidades Padrões Fiscais do Município de Barbacena - UPFMB, ou seja, **R\$ 3.950,46** (três mil, novecentos e cinquenta reais e quarenta e seis centavos).

• **CONSELHEIRO LAFAIETE:** Total da receita arrecadada R\$ 417.1 Milhões.



RPV aplicado hoje: Valor igual ou inferior a 30 (trinta) salários mínimos, ou seja: **R\$45.540,00 (quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta reais)**

O Município encontra-se atualmente impossibilitado de atender às requisições de pequeno valor igual ou inferior a **30 (trinta) salários mínimos**, situação que se agrava devido à multiplicidade de credores e à recorrência de novas solicitações. **E conforme exemplificado acima, o valor estipulado na atual lei é muito superior ao que se tem pago na maioria dos Municípios.**

No ano de 2024, foram pagos ao Tribunal de Justiça de MG, o montante de R\$ 436.969,62 (quatrocentos e trinta e seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos) e ao Tribunal Regional do trabalho 3ª Região R\$ 1.779.296,11 (um milhão, setecentos e setenta e nove mil, duzentos e noventa e seis reais e onze centavos) e até o dia 27/01/2025, já foram pagos ao Tribunal de Justiça de MG R\$ 713.672,54 (setecentos e treze mil, seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) e ao Tribunal Regional do trabalho 3ª Região R\$ 5.980,52 (cinco mil, novecentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos).

Comparando aos Municípios supramencionados, o valor estipulado na atual lei é muito superior ao que se tem pago. Tal cenário hoje se torna impraticável, se mantido, poderá prejudicar a capacidade do Município de oferecer serviços essenciais à população, comprometendo o atendimento nas áreas de saúde, educação e outros setores críticos.

Nos termos do presente projeto de lei esperamos ver discutido e aprovado o projeto ora apresentado.

Ao ensejo, reiteramos reconhecimento de elevada estima e distinta consideração a toda Edilidade.

Conselheiro Lafaiete, 28 de janeiro 2025.


Dra. Andréia Chagas de Andrade

Documento assinado digitalmente



LEANDRO TADEU MURTA DOS REIS CHAGAS

Data: 28/01/2025 16:06:03-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>


Leandro Tadeu Murta dos Reis Chagas

Prefeito Municipal



ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
RELAÇÃO DE EMPENHOS - CMM

Parâmetros: Categoria do recurso: TODOS; Tipo do recurso: TODOS; Emitir EMPENHO, Despesa Lançada: N; Deseja exibir comprovantes e retenções: N; Entidade: [{"valor": "7949", "descricao": "MUNICIPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE"}]; Data Final: 31/12/2025; Credor: [{"valor": "1979068", "descricao": "TRIBUNAL DE JUSTICA DE MG / 21154554000113"}]; Data Inicial: 01/01/2025; Mostrar complemento do elemento: S; Exercício: 2025; Agrupar por: ?; QRE; Agrupar por: ?; QC; Demonstrar histórico do empenho: ?; SIM; Tipo de Data: MOVIMENTACAO; Ordenar Por: ELEMENTO; Consolidado: N - Versão: 6 de 23/02/2024 14:32:32

| Empenho | Tipo | Processo | SF | Data | Vlr. Empenho | Anulado | Liquidado | Pago | A pagar | Conta | Funcional | Recurso | Ação | Dot. | Nat. Despesa | Credor |
|---------|------|----------|----|------|--------------|---------|-----------|------|---------|-------|-----------|---------|------|------|--------------|--------|
|---------|------|----------|----|------|--------------|---------|-----------|------|---------|-------|-----------|---------|------|------|--------------|--------|

TRIBUNAL DE JUSTICA DE MG -

1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|--|--|-------|--------------|------|------------|------------|--------------|--|---------|----------------|-------|-----|----------------|---------------------------|
| 52 | E | | | 02/01 | 5.000,00 | 0,00 | 565,29 | 374,96 | 4.625,04 | | 4.122.1 | 1.500.000.0000 | 2.095 | 739 | 33903950000000 | TRIBUNAL DE JUSTICA DE MG |
| Especificação: OFICIO Nº 69/2025 - REFERENTE A EMPENHO EM FAVOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, REFERENTE AO PAGAMENTOS DE TAXAS JUDICIÁRIAS NÃO ABRANGIDAS PELA ISENÇÃO DE QUE TRATA A LEI ESTADUAL Nº 14.939/03, PARA O EXERCÍCIO DE 2025. ATENDENDO A PROCURADORIA MUNICIPAL. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 339 | O | | | 02/01 | 9.000,00 | 0,00 | 9.000,00 | 0,00 | 9.000,00 | | 4.122.1 | 1.500.000.0000 | 2.095 | 739 | 33903950000000 | TRIBUNAL DE JUSTICA DE MG |
| Especificação: OFICIO Nº 181/2025 - REFERENTE A EMPENHO EM FAVOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, REFERENTE AO PAGAMENTO DE TAXAS JUDICIÁRIAS NÃO ABRANGIDAS PELA ISENÇÃO DE QUE TRATA A LEI ESTADUAL Nº 14.939/03, PARA O EXERCÍCIO DE 2025. ATENDENDO A PROCURADORIA MUNICIPAL. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 50 | E | | | 02/01 | 1.250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.250.000,00 | | 4.122.1 | 1.500.000.0000 | 0.002 | 733 | 33909199000000 | TRIBUNAL DE JUSTICA DE MG |
| Especificação: OFICIO Nº 67/2025 - REFERENTE A EMPENHO EM FAVOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, REFERENTE AO PAGAMENTOS DE TAXAS JUDICIÁRIAS (RPV) NÃO ABRANGIDAS PELA ISENÇÃO DE QUE TRATA A LEI ESTADUAL Nº 14.939/03, PARA O EXERCÍCIO DE 2025. ATENDENDO A PROCURADORIA MUNICIPAL. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 128 | E | | | 02/01 | 1.975.500,00 | 0,00 | 630.250,06 | 568.240,53 | 1.407.259,47 | | 4.122.1 | 1.500.000.0000 | 0.002 | 733 | 33909199000000 | TRIBUNAL DE JUSTICA DE MG |
| Especificação: OFICIO Nº 117/2025 -REFERENTE A EMPENHO EM FAVOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, REALIZADOS NA (SERPREC), REFERENTE AOS VALORES RETIDOS NA CONTA 73.419-5, PARA O EXERCÍCIO DE 2025. ATENDENDO A PROCURADORIA MUNICIPAL. | | | | | | | | | | | | | | | | |

Recurso (Executado) 3.239.500,00 0,00 639.815,35 568.615,49 2.670.884,51

1.501.000.0000 - Outros Recursos não Vinculados

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|--|--|-------|--------------|------|-----------|------|--------------|--|---------|----------------|-------|-----|----------------|---------------------------|
| 51 | E | | | 02/01 | 1.250.000,00 | 0,00 | 73.857,19 | 0,00 | 1.250.000,00 | | 4.122.1 | 1.501.000.0000 | 0.002 | 733 | 33909199000000 | TRIBUNAL DE JUSTICA DE MG |
| Especificação: OFICIO Nº 68/2025 - REFERENTE A EMPENHO EM FAVOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, REFERENTE AO PAGAMENTOS DE TAXAS JUDICIÁRIAS (RPV) NÃO ABRANGIDAS PELA ISENÇÃO DE QUE TRATA A LEI ESTADUAL Nº 14.939/03, PARA O EXERCÍCIO DE 2025. ATENDENDO A PROCURADORIA MUNICIPAL. | | | | | | | | | | | | | | | | |

Recurso (Executado) 1.250.000,00 0,00 73.857,19 0,00 1.250.000,00

Credor 4.489.500,00 0,00 713.672,54 568.615,49 3.920.884,51

Total do Período: 4.489.500,00 0,00 713.672,54 568.615,49 3.920.884,51

630.250,06
73.857,19

704.107,25



ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
RELAÇÃO DE EMPENHOS - CMM

Página: 1 / 1
Data: 28/01/2025
Exercício: 2025
Período: 01/01/2025 até 31/12/2025

Parâmetros: Categoria do recurso: TODOS; Tipo do recurso: TODOS; Emitir: EMPENHO; Despesa Lançada: N; Deseja exibir comprovantes e retenções: N; Entidade: [{"valor": "7949", "descricao": "MUNICIPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE"}]; Data Final: 31/12/2025; Credor: [{"valor": "2081013", "descricao": "TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO / 01298583000141"}]; Data Inicial: 01/01/2025; Mostrar complemento do elemento: S; Exercício: 2025; Agrupar por: ?; QRE: Agrupar por: ?; CC: Demonstrar histórico do empenho?: SIM; Tipo de Data: MOVIMENTACAO; Ordenar Por: ELEMENTO; Consolidado: N - Versão: 6 de 23/02/2024 14:32:32

| Empenho | Tipo | Processo | SF | Data | Vlr. Empenho | Anulado | Liquidado | Pago | A pagar | Conta | Funcional | Recurso | Ação | Dot. | Nat. Despesa | Credor |
|---|------|----------|----|-------|----------------------------|--------------|-----------|----------|--------------|--------------|-----------|----------------|-------|------|----------------|---|
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO - | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 48 | E | | | 02/01 | 1.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000.000,00 | | 4.122.1 | 1.500.000.0000 | 0.002 | 733 | 33909199000000 | TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO |
| Especificação: OFICIO Nº 65/2025 - REFERENTE A EMPENHO EM FAVOR DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, REFERENTE AO PAGAMENTOS DE TAXAS JUDICIÁRIAS (RPV) NÃO ABRANGIDAS PELA ISENÇÃO DE QUE TRATA A LEI ESTADUAL Nº 14.939/03, PARA O EXERCÍCIO DE 2025, ATENDENDO A PROCURADORIA MUNICIPAL. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | Recurso (Executado) | 1.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000.000,00 | | | | | | |
| 1.501.000.0000 - Outros Recursos não Vinculados | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 49 | E | | | 02/01 | 1.000.000,00 | 0,00 | 5.980,52 | 0,00 | 1.000.000,00 | | 4.122.1 | 1.501.000.0000 | 0.002 | 733 | 33909199000000 | TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO |
| Especificação: OFICIO Nº 66/2025 - REFERENTE A EMPENHO EM FAVOR DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, REFERENTE AO PAGAMENTOS DE TAXAS JUDICIÁRIAS (RPV) NÃO ABRANGIDAS PELA ISENÇÃO DE QUE TRATA A LEI ESTADUAL Nº 14.939/03, PARA O EXERCÍCIO DE 2025, ATENDENDO A PROCURADORIA MUNICIPAL. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | Recurso (Executado) | 1.000.000,00 | 0,00 | 5.980,52 | 0,00 | 1.000.000,00 | | | | | | |
| | | | | | Credor | 2.000.000,00 | 0,00 | 5.980,52 | 0,00 | 2.000.000,00 | | | | | | |
| Total do Período: | | | | | 2.000.000,00 | 0,00 | 5.980,52 | 0,00 | 2.000.000,00 | | | | | | | |

Parâmetros: Categoria do recurso: TODOS; Tipo do recurso: TODOS; Emitir EMPENHO: Despesa Lançada: N; Deseja exibir comprovantes e retenções: N; Entidade: [{"valor": "7949", "descricao": "MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE"}]; Data Final: 31/12/2024; Credor: [{"valor": "1979068", "descricao": "TRIBUNAL DE JUSTICA DE MG / 21154554000113"}]; Data Inicial: 01/01/2024; Mostrar complemento do elemento: S; Exercício: 2024; Agrupar por: ?; QRE: Agrupar por: ?; OC: Demonstrar histórico do empenho? SIM; Tipo de Data: MOVIMENTACAO; Ordenar Por: ELEMENTO; Consolidado: N - Versão: 6 de 23/02/2024 14:32:32

| Empenho | Tipo | Processo | SF | Data | Vir. Empenho | Anulado | Liquidado | Pago | A pagar | Conta | Funcional | Recurso | Ação | Dot. | Nat. Despesa | Credor |
|--|------|----------|----|-------|--------------|------------|--------------|--------------|---------|---------|----------------|---------|------|----------------|---------------------------|--------|
| TRIBUNAL DE JUSTICA DE MG - | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 36 | C | 02/01 | | 02/01 | 15.000,00 | 2.575,30 | 12.424,70 | 12.424,70 | 0,00 | 4.122.1 | 1.500.000.0000 | 2.095 | 770 | 33903999000000 | TRIBUNAL DE JUSTICA DE MG | |
| Especificação: IMPORTANCIA REFERENTE AO PAGAMENTO DE TAXAS JUDICIARIAS NÃO ABRANGIDAS, PELA ISENÇÃO DE QUE TRATA A LEI ESTADUAL Nº 14.939/03, PARA EXERCÍCIO DE 2024., CONFORME SOLICITAÇÃO DA PROCURADORIA MUNICIPAL E OFÍCIO Nº 12/2024 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 32 | C | 02/01 | | 02/01 | 4.697.188,09 | 0,00 | 4.697.188,09 | 4.697.188,09 | 0,00 | 4.122.1 | 1.500.000.0000 | 0.002 | 764 | 33909199000000 | TRIBUNAL DE JUSTICA DE MG | |
| Especificação: IMPORTANCIA REFERENTE AO PAGAMENTO DE PRECATÓRIO, REALIZADOS NA SERPREC, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2024, CONFORME SOLICITAÇÃO DA PROCURADORIA MUNICIPAL E COMPROVANTES ANEXOS. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 222 | C | 02/01 | | 02/01 | 476.812,16 | 267,04 | 476.545,12 | 476.545,12 | 0,00 | 4.122.1 | 1.500.000.0000 | 0.002 | 764 | 33909199000000 | TRIBUNAL DE JUSTICA DE MG | |
| Especificação: IMPORTANCIA REFERENTE AO PAGAMENTO DE TAXAS JUDICIARIAS NÃO ABRANGIDAS, PELA ISENÇÃO DE QUE TRATA A LEI ESTADUAL Nº 14.939/03, PARA EXERCÍCIO DE 2024., CONFORME SOLICITAÇÃO DA PROCURADORIA MUNICIPAL E OFÍCIO Nº 13/2024 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 9645 | C | 29/11 | | 29/11 | 7.974,41 | 0,00 | 7.974,41 | 7.974,41 | 0,00 | 4.122.1 | 1.500.000.0000 | 0.002 | 764 | 33909199000000 | TRIBUNAL DE JUSTICA DE MG | |
| Especificação: IMPORTANCIA REFERENTE AO PAGAMENTO DE PRECATÓRIO, REALIZADOS NA SERPREC, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2024, CONFORME SOLICITAÇÃO DA PROCURADORIA MUNICIPAL E COMPROVANTES ANEXOS. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 9878 | C | 11/12 | | 11/12 | 446.842,37 | 0,00 | 446.842,37 | 446.842,37 | 0,00 | 4.122.1 | 1.500.000.0000 | 0.002 | 764 | 33909199000000 | TRIBUNAL DE JUSTICA DE MG | |
| Especificação: SOLICITAÇÃO DE EMPENHO EM FAVOR DO TRIBUNAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS, PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS, RETIDOS NA CONTA 73.419-5. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Recurso (Executado) | | | | | 5.643.817,03 | 2.842,34 | 5.640.974,69 | 5.640.974,69 | 0,00 | | | | | | | |
| 2.500.000.0000 - (SF) - Recursos não vinculados de Impostos | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2828 | E | 16/04 | | 16/04 | 3.000.000,00 | 801.718,72 | 2.198.281,28 | 2.198.281,28 | 0,00 | 4.122.1 | 2.500.000.0000 | 0.002 | 764 | 33909199000000 | TRIBUNAL DE JUSTICA DE MG | |
| Especificação: EMPENHO REALIZADO EM FAVOR DO TRIBUNAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS, ATENDENDO AO OFÍCIO Nº 339/2024 DA PROCURADORIA MUNICIPAL (EM ANEXO), REFERENTE AO PAGAMENTO DE TAXAS JUDICIÁRIAS (RPV) NÃO ABRANGIDAS PELA ISENÇÃO DE QUE SE TRATA A LEI ESTADUAL Nº 14.939/03. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 9647 | C | 29/11 | | 29/11 | 436.969,62 | 0,00 | 436.969,62 | 436.969,62 | 0,00 | 4.122.1 | 2.500.000.0000 | 0.002 | 764 | 33909199000000 | TRIBUNAL DE JUSTICA DE MG | |
| Especificação: IMPORTANCIA REFERENTE AO PAGAMENTO DE PRECATÓRIO, REALIZADOS NA SERPREC, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2024, CONFORME SOLICITAÇÃO DA PROCURADORIA MUNICIPAL E COMPROVANTES ANEXOS. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Recurso (Executado) | | | | | 3.436.969,62 | 801.718,72 | 2.635.250,90 | 2.635.250,90 | 0,00 | | | | | | | |
| 2.711.000.0000 - (SF) - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8827 | C | 31/10 | | 31/10 | 174.690,32 | 0,00 | 174.690,32 | 174.690,32 | 0,00 | 4.122.1 | 2.711.000.0000 | 0.002 | 764 | 33909199000000 | TRIBUNAL DE JUSTICA DE MG | |
| Especificação: IMPORTANCIA REFERENTE AO PAGAMENTO DE PRECATÓRIO, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2024, CONFORME SOLICITAÇÃO DA PROCURADORIA MUNICIPAL E COMPROVANTES ANEXOS. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Recurso (Executado) | | | | | 174.690,32 | 0,00 | 174.690,32 | 174.690,32 | 0,00 | | | | | | | |
| Credor | | | | | 9.255.476,97 | 804.561,06 | 8.450.915,91 | 8.450.915,91 | 0,00 | | | | | | | |
| Total do Período: | | | | | 9.255.476,97 | 804.561,06 | 8.450.915,91 | 8.450.915,91 | 0,00 | | | | | | | |

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
RELAÇÃO DE EMPENHOS - CMM

Página: 1 / 1
Data: 28/01/2025
Exercício: 2024
Período: 01/01/2024 até 31/12/2024

Parâmetros: Categoria do recurso: TODOS; Tipo do recurso: TODOS; Emitir EMPENHO: Despesa lançada: N; Deseja exibir comprovantes e retenções: N; Entidade: [{"valor": "7949", "descricao": "MUNICIPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE"}]; Data Final: 31/12/2024; Credor: [{"valor": "2081013", "descricao": "TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO / 01298563000141"}]; Data Inicial: 01/01/2024; Mostrar complemento do elemento: S; Exercício: 2024; Agrupar por: QRE; Agrupar por: CC; Demonstrar histórico do empenho?: SIM; Tipo de Data: MOVIMENTACAO; Ordenar Por: ELEMENTO; Consolidado: N - Versão: 6 de 23/02/2024 14:32:32

| Empenho | Tipo | Processo | SF | Data | Vlr. Empenho | Anulado | Liquidado | Pago | A pagar | Conta | Funcional | Recurso | Ação | Dot. | Nat. Despesa | Credor |
|---|------|----------|----|-------|--------------|------------|--------------|--------------|---------|-------|-----------|----------------|-------|------|----------------|---|
| TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO - | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.500.000.0000 - Recursos não vinculados de Impostos | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 221 | C | | | 02/01 | 476.812,18 | 18.556,77 | 458.255,41 | 458.255,41 | 0,00 | | 4.122.1 | 1.500.000.0000 | 0.002 | 764 | 33909199000000 | TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO |
| Especificação: IMPORTÂNCIA REFERENTE A PAGAMENTO DE TAXAS JUDICIÁRIAS (RPV) NÃO ABRANGIDAS PELA ISENÇÃO DE QUE TRATA A LEI ESTADUAL Nº 14.939/03, PARA O EXERCÍCIO DE 2024. CONFORME OFÍCIO Nº 14/2024. ATENDENDO A PROCURADORIA MUNICIPAL. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Recurso (Executado) | | | | | 476.812,18 | 18.556,77 | 458.255,41 | 458.255,41 | 0,00 | | | | | | | |
| 1.501.000.0000 - Outros Recursos não Vinculados | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6854 | C | | | 03/09 | 300.000,00 | 2.199,21 | 297.800,79 | 297.800,79 | 0,00 | | 4.122.1 | 1.501.000.0000 | 0.002 | 764 | 33909199000000 | TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO |
| Especificação: FICIO Nº 1529/2024- REFERENTE A EMPENHO PARA REALIZAR PAGAMENTOS DE PROCESSOS JUDICIAIS (RPV) E TAXAS JUDICIAIS (RPV), DEVIDOS EM FACE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, NÃO ABRANGIDAS PELA ISENÇÃO DE QUE TRATA A LEI ESTADUAL Nº 14.939/03, PARA O EXERCÍCIO DE 2024. ATENDENDO A PROCURADORIA MUNICIPAL. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Recurso (Executado) | | | | | 300.000,00 | 2.199,21 | 297.800,79 | 297.800,79 | 0,00 | | | | | | | |
| 2.500.000.0000 - (SF) - Recursos não vinculados de Impostos | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5022 | C | | | 28/06 | 800.000,00 | 7.187,83 | 792.812,17 | 792.812,17 | 0,00 | | 4.122.1 | 2.500.000.0000 | 0.002 | 764 | 33909199000000 | TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO |
| Especificação: OFÍCIO Nº 1007/2024- REFERENTE A EMPENHO PARA REALIZAR PAGAMENTOS DE PROCESSOS JUDICIAIS (RPV) E TAXAS JUDICIAIS (RPV), DEVIDOS EM FACE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, NÃO ABRANGIDAS PELA ISENÇÃO DE QUE TRATA A LEI ESTADUAL Nº 14.939/03, PARA O EXERCÍCIO DE 2024. ATENDENDO A PROCURADORIA MUNICIPAL. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8820 | E | | | 31/10 | 380.000,00 | 149.572,26 | 230.427,74 | 230.427,74 | 0,00 | | 4.122.1 | 2.500.000.0000 | 0.002 | 764 | 33909199000000 | TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO |
| Especificação: EMPENHO PARA PAGAMENTO DE TAXAS JUDICIÁRIAS (RPV) NÃO ABRANGIDAS PELA ISENÇÃO DE QUE TRATA A LEI ESTADUAL Nº 14939/03, PARA O EXERCÍCIO DE 2024. ATENDENDO A PEDIDO DA PROCURADORIA MUNICIPAL FEITO ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº 1980/2024. | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Recurso (Executado) | | | | | 1.180.000,00 | 156.760,09 | 1.023.239,91 | 1.023.239,91 | 0,00 | | | | | | | |
| Credor | | | | | 1.956.812,18 | 177.516,07 | 1.779.296,11 | 1.779.296,11 | 0,00 | | | | | | | |
| Total do Período: | | | | | 1.956.812,18 | 177.516,07 | 1.779.296,11 | 1.779.296,11 | 0,00 | | | | | | | |

Conselheiro Lafaiete, 28 de janeiro de 2025.

Ofício nº: 012/2024/PMCL/PROC

Referência: Encaminha Projeto de Lei

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

A Procuradoria Municipal, vem, com o devido respeito, encaminhar à Mesa Legislativa Projeto de Lei que:

“ALTERA A LEI MUNICIPAL LEI Nº 4833, DE 12 DE ABRIL DE 2006, FIXANDO NOVO VALOR PARA O PAGAMENTO DE REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPV, NOS TERMOS DO ART. 100, § 3º E § 4º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Ao ensejo reiteramos reconhecimento de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Nayara Barbosa da Silva
Procuradora Jurídica

Conselheiro Lafaiete - MG
2025-01-28 10:00:00
012/2024/PMCL/PROC